

## A MONITORIA DE ASSISTÊNCIA AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA:

um relato de experiência sobre a utilização da Grafia e Musicografia Braille

***Moisés Carneiro Ferreira Júnior***

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
moisesbaixista@gmail.com

### RESUMO

Este artigo trata-se de um relato de experiências vivenciadas no processo de monitoria de suporte técnico voltado a um aluno com deficiência visual no curso de licenciatura em música da Escola de Música da UFRN. Esta experiência ocorre desde 2014, ano em que iniciamos o curso. Apesar das várias atribuições que se fizeram importantes, este artigo trata como foco a utilização da Grafia e Musicografia Braille, defendendo a sua importância no processo, e apresentando alguns dos problemas que surgiram assim como as soluções atribuídas. Serão tratados os elementos que não possuem representação em Braille, as disciplinas que tratam a teoria musical através de modelos voltados para alunos videntes, e a utilização de partituras complexas para alunos com pouca experiência de leitura em Musicografia Braille. Ao final, serão apresentadas as conclusões acerca destas descobertas.

54

**Palavras-chave:** Monitoria para alunos com deficiência visual. Grafia e Musicografia Braille. Alunos com deficiência visual no curso de licenciatura.

## 1 GRAFIA E MUSICOGRAFIA BRAILLE COMO FERRAMENTAS INDISPENSÁVEIS

Ao final do primeiro ano (2014) no exercício da monitoria de suporte técnico a um aluno com deficiência visual (DV), já foi possível perceber dois pontos acerca do processo: Muito já foi conquistado em tecnologia para auxílio na transcrição de materiais para o Braille, desde simples softwares como editores de texto com integração grafia em tinta – grafia Braille, até modernos hardwares que possuem a capacidade de, quase que instantaneamente, reconhecer caracteres a partir de um arquivo de imagem; e que mesmo com estes recursos à disposição ainda haveriam muitos desafios a se enfrentar, uma vez que as pessoas com DV têm conquistado em uma crescente o seu espaço no ensino superior, como tem-se percebido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Este artigo trata de situações vivenciadas no curso de licenciatura em música, que possui suas especificidades como ensino voltado ao exercício do magistério no ensino fundamental e médio.

55

A atribuição que têm se mostrado mais importante no exercício desta monitoria, mesmo considerando a necessidade constante de realizar audiodescrições (descrições narrativas de todos os recursos visuais que eventualmente os professores venham a utilizar em sala) e de oferecer suporte em suas atividades práticas, certamente é a transcrição de material em Braille. Apesar de todo conhecimento que é oferecido em sala de aula, é com a ajuda dos materiais didáticos que se pode aumentar o nível de fixação de informações acerca dos conteúdos ministrados. E quando se trata partituras, o que é importante se torna essencial. Um conteúdo textual pode até dispensar transcrição, uma vez que boa parte dos conteúdos que acessamos em sites podem ser lidos imediatamente com a utilização de leitores de tela. Mas na leitura da escrita musical não se dispõe de tais regalias, pois até mesmo programas que permitem funções como importação de arquivos em formato Music-XML e execução dos mesmos em áudio, não são efetivos, uma vez que desconsideram alguns elementos para a execução. Este é apenas um dos motivos que nos ajudam a acreditar na importância da grafia Braille e da Musicografia Braille. Por si só é um instrumento fundamental na educação das

peessoas com DV. Em seu trabalho sobre a importância da escrita e transcrição de materiais em Braille, CHAVES (2015, pág. 148) reforça: “A leitura e escrita musical, através do sistema Braille, proporciona uma série de benefícios que culminaram em uma vida mais autônoma e independente”.

## 2 ELEMENTOS SEM REPRESENTAÇÃO NO BRAILLE

O exercício constante de transcrição dos materiais utilizados pelo corpo docente do curso vem apresentando frequentemente seus desafios. Tendo em vista que a fidelidade ao documento original é um padrão que deve ser seguido quando se transcreve materiais, a primeira dificuldade surge quando não há no código Braille um sinal que represente determinado elemento em tinta. Por exemplo, em alguns dos materiais da disciplina “Linguagem e estruturação musical”, alguns elementos em exemplos musicais possuem destaques, como estilos de fonte ou cores diferenciadas, ou são circulados. Destes, somente o primeiro possui representação no Braille, através do sinal que se configura pelos pontos 3-5 da cela Braille (refere-se a negrito, itálico e sublinhado).

56

À partir daí surge a pergunta: Como então transcrever algo à qual não foi associado sinal algum? A resposta foi a criação. A ideia para suprir esta falta foi formar traçados que se projetassem sobre os elementos a ser destacados, independente de qual tipo de destaque possuía. Estes traçados seriam formados utilizando os pontos 3-6 das celas Braille da linha superior, e logicamente não poderia haver mais nenhuma informação nesta linha. Para informar que tal linha está destinada apenas para este recurso, e desta forma o leitor possa se deter a ler apenas em conjunto com a próxima linha, pode-se usar o sinal 3-6 duas vezes em seu início, já que não há nenhuma associação à esta configuração nos manuais de grafia ou Musicografia Braille. Sendo assim, um aluno – devidamente informando sobre este novo recurso - poderá perceber quais elementos estão destacados apenas movendo o seu dedo acima da parte superior de cada cela Braille. É claro, esta é apenas uma saída para preencher esta lacuna, entendendo que os destaques podem possuir um papel muito importante na explicação de cada assunto.

### 3 O APRENDIZADO DE TEORIA MUSICAL PARA DIFERENTES CONTEXTOS

O aprendizado da teoria musical através da Musicografia Braille acontece de forma diferente em relação à teoria musical em tinta, no que diz respeito a ordem em que se devem aplicar os assuntos. O aprendizado da escrita está associado a conhecimentos teóricos, como afirma BONILHA (2010, pág. 14):

É imprescindível, por exemplo, que o leitor de uma partitura em braille tenha conhecimentos sobre escalas, tonalidades, formação de intervalos, padrões rítmicos, etc. Essas noções são intrínsecas aos princípios norteadores do próprio código e, por isso, tornam-se pré-requisitos para o seu aprendizado.

Por esta perspectiva se faz pouco efetivo o aprendizado de teoria regido por livros teóricos em tinta. Além do mais, as respectivas representações se fazem bastante diferentes em alguns aspectos. Por exemplo: Determinado livro de teoria musical, em seu primeiro capítulo, pode tratar sobre o pentagrama, informando que se constitui de cinco linhas horizontais paralelas, e que são enumeradas de baixo para cima como linhas 1 a 5. Se estas informações forem transcritas fielmente, nada deste texto fará sentido quando se comparado aos respectivos exemplos gráficos, porque não há pentagrama na musicografia Braille. Isso acontece principalmente porque em tinta usufruímos da verticalidade para a representação de elementos musicais, em diversos níveis, o que nos permite ter uma percepção mais rápida de uma grande quantidade de informações. Mas em Musicografia Braille cada informação é disposta horizontalmente; tudo é somado lado a lado, linha por linha.

A problemática surge à seguir. Dispomos, na Escola de Música da UFRN, da disciplina “Musicografia Braille”, onde o aluno pode aprender a grafia musical em braille na íntegra, enquanto outras disciplinas ficam com o papel de transmitir conhecimentos estruturais da teoria musical, como vemos em “Linguagem e estruturação musical” e “Harmonia”, por exemplo. Logo, temos que lidar com as problemáticas dispostas acima. Mesmo entendendo que são possui uma abordagem diferente dos manuais de Musicografia Braille, a aplicação de seus assuntos conta com literaturas de apoio em tinta, uma vez que há somente um aluno com DV no curso, atualmente.

Como solução tem sido criados materiais baseados na literatura usada, ao invés de transcrito fielmente, sempre que necessário. Isso demanda trabalho em equipe com os professores das disciplinas, para que nenhum dos objetivos de cada texto sejam perdidos, e profundo conhecimento da Musicografia Braille.

Ao iniciar os trabalhos na disciplina “Harmonia”, identificamos que o aluno não tinha domínio das regras sobre “acordes”, apesar de conhecer sua aplicação prática. E para dominar estas regras demanda conhecimento do assunto “intervalos”, que complementa tais regras. Pedir para que o mesmo estudasse todo este conteúdo para que se pudesse trabalhar os assuntos da disciplina através da Musicografia Braille iria, no mínimo, atrasá-lo em relação aos conteúdos apresentados, já que há um cronograma a se seguir. A solução atribuída, com certeza não a mais genial, mas que nos pareceu mais útil no momento, foi representar todas as gráficas em texto, com em uma áudiodescrição, mas de forma resumida às informações essenciais. Na prática, uma harmonia à quatro vozes, poderia ser representada da seguinte forma:

Baixo: Dó 2

Tenor: Mi 2

Contralto: Sol 3

Soprano: Dó 4

Os documentos foram salvos no formato “pdf”, e o aluno pode estudá-los, ouvindo através de um leitor de tela. A prova poderia ser feita da mesma forma, resumindo ainda mais as informações, para garantir menos tempo gasto em leitura. Por opção, a professora da disciplina realizou as provas do aluno de forma oral, em um momento posterior à aplicação das dos demais.

#### 4 SIMPLIFICAÇÃO PARA UMA COMPREENSÃO MAIS RÁPIDA

Boa parte dos alunos, videntes ou não, normalmente não dominam o básico da teoria musical ao entrarem nos cursos de licenciatura, o que demanda que se busque uma forma de reforçar este estudo, paralelamente às disciplinas cursadas. Mas outro ponto que é importante considerar é o fato de que o aprendizado da musicografia braille não se dá do dia para a noite, como BONILHA (2010, pág. 9) pontua:

Deve-se considerar que o aprendizado da musicografia braille, por parte de um músico cego, consiste em um longo processo, durante o qual o estudante necessita enfrentar inúmeros desafios. Trata-se, sem dúvida, de uma trajetória que requer disciplina e persistência.

Então demanda-se encontrar uma maneira de que o próprio Braille não se torne uma barreira para o aprendizado de cada disciplina. Um trecho musical extremamente cheio de informações, como por exemplo à quatro ou mais vozes, com cifras e letra da música, para um aluno vidente pode ser aprendido facilmente, mesmo que o mesmo não tenha muita prática, mas para aluno cego, demanda um processo mais demorado, que demanda prática no que se diz respeito à memorização de cada seção. Acerca da leitura, BONILHA (2010, pág. 14) comenta: “Ler uma partitura em braille não significa apenas decodificar um conjunto de símbolos e executar a peça lida ao instrumento, mas pressupõe compreendê-la em profundidade, sob o ponto de vista estético e musical”.

Diante do explicitado, a maneira adotada para contornar tal situação têm sido usar de simplificação. O aluno indiscutivelmente precisa evoluir em seu conhecimento de Musicografia Braille, e a necessidade emergente com certeza pode ser um bom estímulo. Mas enquanto o aluno não tenha alcançado “ponto ideal”, é preciso evitar que esta situação se torne uma barreira para a aquisição do conhecimento que está em foco no momento. Logo, se o objetivo de determinado exercício, por exemplo, é o aprendizado sobre o assunto movimento das vozes, porque não poderíamos omitir informações como letra da música, cifra, ou até demais vozes que por ventura não tenham relevância em relação ao que está em ênfase? Seguindo a mesma ideia de transcrição de materiais que serão apenas

baseados nos de origem, muito tempo pode ser ganho com simplificação de conteúdo. É claro que deve haver uma pesagem acerca do que se deve simplificar, mas, de antemão, pode ser extremamente eficiente para execuções partituras à primeira vista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ingresso de pessoas com deficiência são uma realidade pouco comum nos cursos superiores de música. Isso se deve à escassez de pessoas aptas para a preparação destes indivíduos, ou simplesmente a pouca importância dada para este contexto de ensino. Por este motivo, qualquer aluno DV nesta condição que ingresse na universidade precisará dedicar um tempo extra para nivelar seus conhecimentos e assim acompanhar este novo nível de ensino, ao contrário dos demais, àqueles que tiveram a oportunidade de desfrutar de uma rica vivência musical prévia.

É importante que não somente os responsáveis por disciplinas e outros cargos relacionados a inclusão, mas todo o corpo docente das instituições de ensino superior, tenham a consciência desta realidade, e procurem adquirir ao menos uma noção sobre o funcionamento da musicografia braille, pois só assim poderão compreender as formas mais efetivas de adaptar seus materiais didáticos. Às vezes pequenas mudanças podem tornar a aula totalmente compreensível ao aluno DV, mas a indiferença pode dificultar e muito a experiência do aluno em sua disciplina.

É possível compreender também que em alguns momentos o desprendimento quanto à padrões reproduzidos pode ser uma boa maneira de encontrar as soluções. Cada disciplina possui objetivos em relação aos alunos, independente se são videntes ou não. Logo, o produto final é que estes objetivos sejam alcançados, ainda que não seja da maneira convencional. Com disposição e criatividade podemos alcançar objetivos ainda maiores.

60

## REFERÊNCIAS

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. **Do toque ao som: O ensino da musicografia braille como um caminho para a educação musical inclusiva**. Campinas, 2010. 261f. Tese de doutorado em música. Universidade Estadual de Campinas.

CERQUEIRA, Jonir Bechara (elab.). **Grafia Braille para a Língua Portuguesa**. 2. ed. Brasília: SEESP, 2006.

CHAVES, Adriano Gesteira. La enseñanza de la Musicografía Braille: consideraciones sobre la importancia de la escritura musical en Braille y la transcripción de materiales didácticos. **Revista da ABEM**, Londrina, número 34, v23, 138-151, jan./jun. 2015.

BATISTA, Glória da Mota (coord.). **Novo Manual Internacional de Musicografia Braille**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.